

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Costoso Álvares, 35, tel.: 836-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Directores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Nero
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

O País quer trabalhar. A Constituinte não deixa.

O propósito do grupo de empresários que esteve com o presidente José Sarney na quarta-feira no final da tarde era o de transmitir ao governo as preocupações do setor empresarial com a existência de um "princípio de recessão" na economia brasileira: estavam respaldados por dados levantados pelas associações de classe, cujo número mais explosivo era a demissão de 15.850 trabalhadores pela indústria de São Paulo, no mês de junho. Mas eles encontraram um presidente da República muito animado e suas ansiedades acabaram esquecidas por estarem ultrapassadas. Como reconheceu o próprio porta-voz do grupo, o presidente da Fiesp, Mário Amato, o comércio já está mostrando os primeiros sinais de recuperação na economia.

De fato, os supermercados e lojas de departamento em São Paulo já detectaram aumentos em suas vendas de até 30%, envolvendo, principalmente, os setores de eletrodomésticos e de alimentos. São os efeitos do Plano Bresser, sobretudo do aumento nominal dos salários em junho, do congelamento de preços e da queda dos juros nominais. E esse crescimento das vendas poderá acentuar-se diante da evidência, levantada pela Fundação Getúlio Vargas, pela Fipe e até pelo Dieese, de que a inflação irá estacionar imediatamente em patamares muito inferiores aos que se vinham registrando nos últimos meses.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da FGV cresceu apenas 4,7% depois do congelamento (isso apesar dos reajustes de preços e de tarifas autorizados do dia 12 de junho em diante), um vigoroso contraste com os 21,4% que ele havia crescido só nos primeiros 12 dias de junho. Em São Paulo, o índice da Fipe caiu de 27,58% em maio para 25,88% em junho, o mesmo acontecendo com os índices das três faixas de renda pesquisados pelo Dieese.

Este quadro não só está trazendo os consumidores de volta às compras mas também restabelecendo a confiança dos empresários na capacidade das autoridades federais de administrarem a economia brasileira sem muitos percalços. E confiança é um item vital em qualquer decisão de investimentos: sem novas inversões de capital, sem novas fábricas, novas lojas, mais lavoura, será impossível sustentar este pequeno surto de reaquecimento provocado pelo Plano Bresser.

Fato reconhecido até mesmo pelo teimoso presidente nacional do PT, deputado Luís Ignácio Lula da Silva: nesta quarta-feira, depois de um encontro com o ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, Lula reconhecia que a única solução possível para o drama dos 20 mil trabalhadores demitidos da indústria de automóveis e autopeças, na região do ABC, está na reativação da economia. E também para o presidente do PT, esta retomada passa, necessariamente, por uma ação conjunta entre governo, empresários e trabalhadores, que devem buscar soluções comuns.

Seria aconselhável — e altamente produtivo — que o sr. Lula da Silva pusesse em execução esta sua pregação, surpreendentemente conciliatória e de extremo bom senso para quem tem revelado, até aqui, considerar o governo e os empresários apenas como inimigos da classe trabalhadora. Numa conversa com os líderes empresariais que estiveram anteontem no Palácio do Planalto o presidente do PT ficaria sabendo, como eles disseram ao presidente Sarney e ao ministro Ronaldo Costa Couto, que há disposição do setor empresarial para investir. E isso só não está acontecendo ainda porque "o setor político está impedindo o setor econômico de trabalhar".

O que os empresários querem são regras claras para poder fazer novos investimentos. Do presidente Sarney eles ouviram uma explanação sobre o Plano de Controle Macroeconômico preparado pelo Ministério da Fazenda e saíram bastante animados com o que ele propõe; entre outras coisas, o estabelecimento de regras claras e duradouras para a economia; e o incentivo a todas as possibilidades de investimentos, nacionais e estrangeiros, de modo a sustentar um processo vigoroso de desenvolvimento. Se desta vez o governo está falando sério e o plano decolar da forma que está prevista, ele propiciará, segundo os cálculos oficiais, a criação de dois milhões a 2,5 milhões de novos empregos por ano.

Mesmo assim, conforme procurou deixar bem claro Mário Amato na entrevista que deu após as audiências no Planalto, "enquanto o Brasil não tiver a sua nova Constituição completamente definida, nenhum empresário vai investir no País". E não basta apenas que o País tenha uma Carta Magna votada pela Assembléia Nacional Constituinte: é preciso que o novo texto constitucional privilegie a eficiência, não criando empecilhos à atividade empresarial privada, não se transformando num instrumento de condenação do lucro para não afugentar de vez do País os capitais externos, que tanto ajudaram o nosso desenvolvimento até agora.

Infelizmente, porém, por pressões de grupos como o que o sr. Lula da Silva lidera, o Frankenstein (ou, como quer o senador Roberto Campos, o Bebê de Rosemary) que a Comissão de Sistematização ameaça entregar para o exame do plenário consagra exatamente os princípios que são contrários a tudo isso. Além de sua inconsistência jurídico-formal, é um texto paternalista — estatizante e falsamente nacionalista.

"Os constituintes ensandeceram de vez. Estão elaborando uma Carta muito mais à esquerda, muito mais socializante que o estágio em que se encontra o País" — acusa o professor Celso Bastos, da PUC e procurador do Estado de São Paulo. Bastos considera "imprestáveis" os textos produzidos até agora pela Constituinte, e classifica de "loucura completa" a intenção de a nova Carta estabelecer a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas. Mas as sandices contidas no trabalho, as quais nem seu próprio responsável quer assumir, não param por aí: entre outras centenas delas destacam-se a manutenção da reserva de mercado, as férias em dobro e os avanços sobre a propriedade particular.

Só há uma saída para evitar que tenhamos ou uma Constituição inaplicável ou um país ingovernável e condenado eternamente ao subdesenvolvimento político, econômico e cultural: jogar fora esses 501 artigos que o relator Bernardo Cabral está estudando e começar tudo de novo. Alegar que um simples regimento interno impede que se faça isso é covardia, omissão (pecados que os liberais não podem assumir) ou apostar no caos. O País não tem outro caminho: ou cria condições para que os novos investimentos garantam a recuperação da economia ou os 20 mil desempregados do sr. Lula logo serão 40, 60, cem mil! E a pobreza será o nosso lema!